

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

## AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE CONSERVAÇÃO 37/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2026	986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP	VALESKA ELIZABETH DA SILVA TEIXEIRA	08/06/2026 09:24 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		Processo de Compras 1376/20

## DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de câmaras científicas destinadas à conservação de medicamentos e produtos termolábeis, sendo uma com capacidade mínima de 500 litros e outra com capacidade aproximada de 1.500 litros, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Walter Ferrari e Unidades Básicas de Saúde do Município.

Item 1	Descrição	Quantidade	Valor
	<p>Câmara em disposição vertical para Conservação de Medicamentos e Produtos Termolábeis com capacidade de no mínimo 500 Litros com as seguintes características:</p> <p>Automaticamente entre 2°C a 8°C, com ponto fixo em 4°C, ou programável pelo usuário;</p> <p>Termômetro digital de máxima e mínima;</p> <p>Gabinete externo em aço tratado e esmaltado a alta temperatura ou pintura epoxi ou pintura eletrostática;</p> <p>Gabinete interno em aço inoxidável com cinco a sete prateleiras em aço inox reguláveis;</p> <p>Porta de Vidro Triplo com sistema antiembaçante; Puxador anatômico em material não oxidante de alta resistência;</p> <p>Degelo automático seco com evaporação de condensado por serpentina de gás aquecido;</p>		

01	<p>Sistema de refrigeração através de compressor hermético, selado, com alimentação elétrica por corrente alternada, ecológico livre de CFC;</p> <p>Painel de comando e controle frontal e superior de fácil acesso e visualização, com display digital em LED ou LCD;</p> <p>No mínimo um sensor para cada prateleira, todos imersos em solução diatérmica, possibilitando o monitoramento de toda câmara interna;</p> <p>Sistema de circulação de ar forçado, para homogeneização de temperatura interna, sentido vertical;</p> <p>Interface programável por computador e sistema de controle via rede para Windows ou Monitoramento online via internet sem fio (wi -fi);</p> <p>Sistema ou Software para gerenciamento que permita emitir relatório e gráficos, inclusive retroativos, sem cobrança de mensalidade;</p> <p>Alarme audiovisual de temperatura alta, baixa, falta de energia, porta aberta, falha de sensor, sistema de emergência em operação. Tecla para inibir o som dos alarmes, reativando -se automaticamente;</p> <p>Luz interna temporizada com acionamento automático na abertura da porta e acionamento externo (com porta fechada);</p> <p>Sistema de emergência em caso de falta de energia elétrica, que mantenha a temperatura de refrigeração adequada dos medicamentos nas condições de uso, com autonomia de no mínimo 72 horas, através de sistema interno (banco de baterias) acoplado ao equipamento;</p> <p>Sistema automático que realiza ligações telefônicas três números no mínimo, para alarmes de temperatura crítica;</p> <p>Voltagem monofásica 220 Volts, frequência 60 Hz;</p> <p>Padrão brasileiro de plugues e tomadas de três pinos de acordo com a norma NBR 14136;</p> <p>Chave geral de energia - liga e desliga; Equipado com rodízios e freio</p>	01	18.352,22
	<p>Câmara em disposição vertical para Conservação de Medicamentos e Produtos Termolábeis com capacidade de 1.500 Litros com as seguintes características:</p> <p>Automaticamente entre 2°C a 8°C, com ponto fixo em 4°C, ou programável pelo usuário;</p> <p>Termômetro digital de máxima e mínima;</p> <p>Gabinete externo em aço tratado e esmaltado a alta temperatura ou pintura epoxi ou pintura eletrostática;</p> <p>Gabinete interno em aço inoxidável com seis a doze prateleiras em aço inox reguláveis;</p>		

02	<p>Porta de Vidro Triplo com sistema antiembaçante;</p> <p>Puxador anatômico em material não oxidante de alta resistência;</p> <p>Degelo automático seco com evaporação de condensado por serpentina de gás aquecido;</p> <p>Sistema de refrigeração através de compressor hermético, selado, com alimentação elétrica por corrente alternada, ecológico livre de CFC;</p> <p>Painel de comando e controle frontal e superior de fácil acesso e visualização, com display digital em LED ou LCD;</p> <p>No mínimo um sensor para cada prateleira, todos imersos em solução diatérmica, possibilitando o monitoramento de toda câmara interna;</p> <p>Sistema de circulação de ar forçado, para homogeneização de temperatura interna, sentido vertical;</p> <p>Interface programável por computador e sistema de controle via rede para Windows ou Monitoramento online via internet sem fio (wi -fi);</p> <p>Sistema ou Software para gerenciamento que permita emitir relatório e gráficos, inclusive retroativos, sem cobrança de mensalidade;</p> <p>Alarme audiovisual de temperatura alta, baixa, falta de energia, porta aberta, falha de sensor, sistema de emergência em operação.</p> <p>Tecla para inibir o som dos alarmes, reativando-se automaticamente;</p> <p>Luz interna temporizada com acionamento automático na abertura da porta e acionamento externo (com porta fechada);</p> <p>Sistema de emergência em caso de falta de energia elétrica, que mantenha a temperatura de refrigeração adequada dos medicamentos nas condições de uso, com autonomia de no mínimo 72 horas, através de sistema interno (banco de baterias) acoplado ao equipamento;</p> <p>Sistema automático que realiza ligações telefônicas três números no mínimo, para alarmes de temperatura crítica;</p> <p>Voltagem monofásica 220 Volts, frequência 60 Hz;</p> <p>Padrão brasileiro de plugues e tomadas de três pinos de acordo com a norma NBR 14136;</p> <p>Chave geral de energia - liga e desliga;</p> <p>Equipado com rodízios e freio</p>	01	38.307,67
TOTAL			56.659,89

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de 90(nove) dias a partir de sua assinatura, forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O Prazo de vigência da contratação pode ser prorrogado por igual período a partir do interesse da Administração em comum acordo com a contratada respeitando o artigo 84 da Lei 14.133/2021

Para esta contratação não foi utilizado catálogo eletrônico de padronização, pois até a presente data, não possui os itens demandados.

## **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação decorre da transição da gestão do Hospital Municipal Walter Ferrari para administração direta da Secretaria Municipal de Saúde, exigindo a imediata estruturação da assistência farmacêutica hospitalar.

A conservação de medicamentos termolábeis requer controle rigoroso de temperatura entre 2°C e 8°C, conforme normativas sanitárias vigentes, não sendo admissível o uso de equipamentos domésticos. A ausência de equipamentos adequados compromete a eficácia terapêutica dos medicamentos, gera risco sanitário e pode ocasionar perdas financeiras ao erário.

A aquisição dos equipamentos permitirá assegurar a manutenção da cadeia de frio, a segurança do paciente e a continuidade dos serviços hospitalares.

### **1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução consiste na aquisição de duas câmaras científicas com capacidades distintas e complementares, permitindo a adequada organização, armazenamento e controle dos medicamentos termolábeis.

O equipamento de menor capacidade atenderá demandas operacionais imediatas, enquanto o equipamento de maior capacidade possibilitará a formação de estoque estratégico, garantindo maior eficiência logística e redução de riscos.

### **2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **Item 1 – Câmara Científica (mínimo 500 litros)**

Câmara vertical para conservação de medicamentos e produtos termolábeis, com capacidade mínima de 500 litros, operando automaticamente entre 2°C e 8°C, com ponto fixo em 4°C ou programável pelo usuário.

Deverá possuir termômetro digital de máxima e mínima, gabinete externo em aço tratado com pintura resistente e gabinete interno em aço inoxidável com prateleiras reguláveis. A porta deverá ser de vidro triplo com sistema antiembaçante, equipada com puxador resistente.

O sistema de refrigeração deverá ser por compressor hermético, livre de CFC, com circulação de ar forçado para uniformidade térmica. O equipamento deverá possuir painel digital de controle, sensores distribuídos internamente, sistema de registro de dados e interface para monitoramento remoto.

Deverá contar com alarmes audiovisuais para variações de temperatura, falhas de energia e abertura de porta, além de sistema de emergência com autonomia mínima de 72 horas. O equipamento deverá permitir comunicação remota, possuir iluminação interna, rodízios com freio e alimentação elétrica compatível com o padrão nacional.

## Item 2 – Câmara Científica (1.500 litros)

Câmara vertical para conservação de medicamentos e produtos termolábeis, com capacidade aproximada de 1.500 litros, operando automaticamente entre 2°C e 8°C, com ponto fixo em 4°C ou programável pelo usuário.

Deverá possuir termômetro digital de máxima e mínima, gabinete externo em aço tratado com pintura resistente e gabinete interno em aço inoxidável com prateleiras reguláveis. A porta deverá ser de vidro triplo com sistema antiembaçante, equipada com puxador resistente.

O sistema de refrigeração deverá ser por compressor hermético, livre de CFC, com circulação de ar forçado para uniformidade térmica. O equipamento deverá possuir painel digital de controle, sensores distribuídos internamente, sistema de registro de dados e interface para monitoramento remoto.

Deverá contar com alarmes audiovisuais para variações de temperatura, falhas de energia e abertura de porta, além de sistema de emergência com autonomia mínima de 72 horas. O equipamento deverá permitir comunicação remota, possuir iluminação interna, rodízios com freio e alimentação elétrica compatível com o padrão nacional.

Todos os requisitos técnicos descritos são **obrigatórios**, não sendo admitidas propostas com características inferiores ou que não atendam integralmente às especificações estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, sob pena de desclassificação.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

Os critérios de sustentabilidade devem atender especificações legais.

#### Catálogo técnico e comprovação de atendimento às especificações

Como condição para aceitação da proposta, o licitante deverá apresentar catálogo técnico, ficha técnica oficial do fabricante ou documento equivalente do equipamento ofertado, contendo informações suficientes para comprovação do atendimento integral às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

Na hipótese de alguma especificação não constar expressamente no catálogo técnico, será admitida declaração formal do fabricante ou do próprio licitante, sob pena de responsabilidade, atestando a conformidade do equipamento ofertado com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

A ausência de documentação técnica comprobatória ou a incompatibilidade entre as especificações do equipamento ofertado e as exigências deste Termo de Referência ensejará a desclassificação da proposta.

#### Regularidade sanitária

O equipamento ofertado deverá possuir Registro ou Cadastro ativo junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando aplicável, devendo o licitante apresentar documento comprobatório válido no momento da apresentação da proposta.

O licitante deverá apresentar, ainda, Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE expedida pela ANVISA, compatível com a atividade de comercialização/distribuição de equipamentos médico-hospitalares, quando exigível nos termos da legislação sanitária vigente.

Na hipótese de dispensa legal de registro/cadastro do equipamento ou de AFE, o licitante deverá apresentar declaração fundamentada, acompanhada de documentação oficial ou normativa que comprove a inexigibilidade.

### Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O prazo de vigência da contratação é de 90(noventa) dias a partir de sua assinatura, forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, 2021.

O Prazo de vigência da contratação pode ser prorrogado pelo mesmo período a partir do interesse da Administração em comum acordo com a contratada respeitando o artigo 84 da Lei 14.133/2021.

Os objetos deverão ser entregues no prazo de 30 dias, após a emissão da Autorização de fornecimento.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, Rua Minas Gerais, 317 - Jd. Dom Bosco - **CEP: 13.911-094 - Jaguariúna/SP - Almoxarifado da Saúde, no horário das 8:00 hs às 16:00 hs.**

### **Instalação, configuração e treinamento**

A contratada será responsável, sem ônus adicional para a Administração, pela entrega, instalação, montagem (quando necessária), configuração inicial e pleno funcionamento dos equipamentos no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Quando aplicável, a contratada deverá realizar a instalação e configuração do sistema/software de monitoramento, incluindo parametrização de alarmes, acesso remoto, rede, emissão de relatórios e demais funcionalidades necessárias ao regular funcionamento do equipamento, observadas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

A contratada deverá fornecer treinamento operacional básico aos usuários designados pela contratante, abrangendo, no mínimo, orientações quanto à operação do equipamento, monitoramento de temperatura, acionamento de alarmes, utilização do software, rotinas básicas de conservação e procedimentos iniciais em caso de falha operacional.

O recebimento definitivo do objeto ficará condicionado à comprovação do pleno funcionamento dos equipamentos, da conclusão da instalação/configuração e da realização das orientações operacionais aos usuários, quando aplicável.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

A validade contratual dos produtos constados neste termo de referência, deverá ser no mínimo 12 meses a contar de sua entrega.

Caso a validade oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá informar o fiscal do contrato para o aceite ou não dos produtos ou oferecer carta de comprometimento de troca para que o material seja aceito.

Substituição do objeto contratado, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de fabricação ou transporte, sem qualquer prejuízo ao órgão solicitante.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ( Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ( Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII ).

### **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de UASG 257037 Termo de Referência 20/2023 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 9 de 17 ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo até 20(vinte) dias contados das tramitações administrativas do documento fiscal.

### **Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor foi selecionado pela realização de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM..

### **Forma de fornecimento**

O fornecimento do objeto será realizado em entrega única, considerando a natureza integrada dos equipamentos e a necessidade de padronização tecnológica e operacional.

### **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, o licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento satisfatório anterior de equipamentos compatíveis com o objeto da contratação, tais como câmaras científicas, refrigeradores científicos, refrigeradores para conservação de medicamentos, vacinas ou equipamentos de refrigeração de uso médico-hospitalar.

O atestado deverá demonstrar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e complexidade tecnológica com o objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Serão aceitos atestados que demonstrem fornecimento de equipamento equivalente ou superior ao objeto pretendido.

## **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação é de R\$ 56.781,17(cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos), conforme pesquisa de contratações públicasmercado.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Ficha: 526/2026 - 02.14.01.10.301.2034.2065.4.4.90.52.00;

Projeto Atividade: Manutenção Da Atenção Primária E Da Gestão;

Elemento: Equipamentos E Material Permanente;

Fonte de Recurso: 5 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados;

## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CLAUDIA SERAFIM DE CAMARGO**

Fiscal

**VALESKA ELIZABETH DA SILVA TEIXEIRA**

Diretora



*Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 09:24:42.*

**MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA CAMILO**

Secretária Municipal de Saúde